

## Capítulo 17

# O poder do racismo na academia: produção de conhecimento e disputas políticas

*Marta Araújo*

*Silvia R. Maeso*

### Introdução

No contexto europeu dos últimos anos, a questão do racismo tem sido abordada com mais frequência no debate público, em particular nos média, nomeadamente através da denúncia de casos de segregação, situações de violência policial e questões de representação cultural. Não obstante, tais debates tendem a deslocar a atenção para a ponta do icebergue ao serem sustentados, e sustentarem, uma abordagem eurocêntrica do racismo, que o explica como fruto do preconceito por parte de indivíduos pouco recetivos à diferença (no planeamento urbano, nas forças policiais ou na indústria cultural). O paradigma do preconceito (Henriques, 1998) — que resiste a questionar como a diferença é produzida — invisibiliza outros entendimentos do racismo que implicam soluções políticas distintas. A sua hegemonia reproduz a ausência de um debate sobre as diferentes conceptualizações de racismo que estão subjacentes aos termos da discussão e às soluções políticas implicitamente propostas; uma ausência que tem sido naturalizada e legitimada em

vários âmbitos.<sup>1</sup> Tal como formulado por Boaventura de Sousa Santos, a respeito de uma “sociologia das ausências”,

o que não existe é, na verdade, activamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objecto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. (Santos, 2002: 246)

Nesse sentido, pretendemos com este capítulo contribuir para questionar a conceção de racismo que circula quer no domínio académico, quer no político, e que consagra relações de poder específicas. Consideramos fulcral compreender como se têm deslegitimado as propostas de uma análise sistemática e aprofundada do racismo enquanto legado das governamentalidades raciais dos projetos imperiais europeus, institucionalizado nas democracias contemporâneas (Hesse, 2004).

Propomos que a ausência de um debate sobre a produção de conhecimento em torno do racismo, e os diferentes projetos políticos que lhe estão associados, deve ser compreendida como resultante do consenso sobre raça formado no Ocidente a partir do período entre guerras e sobretudo na década de 1950. Frank Furedi (1998), em *The Silent War: Imperialism and the Changing Perception of Race*, notou a mudança de um sentimento de confiança e superioridade racial para um de ansiedades e medos raciais no contexto da percepção de declínio do Ocidente após a crise moral associada ao reconhecimento do Holocausto. A “etiqueta racial” emergente (ilustrada pela fundação da UNESCO em 1945) exigia que se condenasse formalmente o racismo como meio de dissuasão de uma mobilização internacional em torno da raça, no contexto das lutas de libertação nacional, da Guerra Fria, do movimento dos direitos civis nos EUA e da luta contra o Apartheid na África do Sul. Ou seja, o “protocolo silencioso sobre raça” pretendeu conter a “reação” ao racismo mais do que combater este fenómeno histórico e político. Como tal, a condenação formal do racismo não foi acompanhada por um comprometimento com a mudança das estruturas sociopolíticas geradoras das desigualdades raciais existentes (Furedi, 1998).

---

<sup>1</sup> Ver também Araújo (2013).

Este contexto é particularmente relevante para a nossa compreensão do racismo na contemporaneidade dado que a sua conceptualização hegemónica está intimamente ligada à preocupação política e académica com o fascismo e o antissemitismo. O racismo foi associado ao Holocausto como «a experiência paradigmática que garante a abstracção» (Hesse, 2004: 15), apagando as formas rotineiras de governamentalidade racial desenvolvidas pelos diversos projetos coloniais europeus. Assim se deu a ascensão da ideia de “preconceito racial” — o produto de ideologias específicas que forma um conjunto de crenças (2004: 11) — que se tornou prevalecente nas abordagens académicas e debates políticos desde então (designadamente, nas várias declarações da UNESCO sobre raça e preconceito racial a partir da década de 1950 [Barker, 2002: 476; Hesse, 2004]).

A análise que apresentamos neste capítulo pretende pôr em evidência a forma como a hegemonia de uma conceção particular de racismo (e os silêncios e ausências que sustém) leva à proteção e reprodução do privilégio racial na academia, considerando os processos e debates internacionais na sua relação com o contexto português. Assim, examinamos o enquadramento teórico-metodológico do paradigma dos estudos do preconceito e a sua centralidade na pesquisa contemporânea sobre o racismo, observando mais de perto o contexto português durante a década de 2000.<sup>2</sup> Seguidamente, na análise, contrasta-se o efeito despolitizador do paradigma do preconceito com as abordagens críticas e descoloniais da modernidade/colonialidade e do eurocentrismo na produção de conhecimento e que, conseqüentemente, propõem um “antirracismo político” para lutar contra o “racismo institucional”. Em particular, incidiremos nas denúncias políticas e nos debates que têm tido lugar em diferentes universidades, entre as quais a Universidade de Coimbra e a Universidade de Warwick.

---

<sup>2</sup> Os estudos sobre racismo são relativamente escassos em Portugal e apenas a partir do final da década de 1990 podem ser considerados um campo de investigação académica. Desde cedo, este foi marcado pelos estudos da Psicologia Social, da Sociologia das Desigualdades e das Migrações e da Geografia Urbana. Embora a investigação na Sociologia das Migrações e na Geografia Urbana em Portugal não se centre tão especificamente sobre o problema do racismo, os trabalhos neste âmbito fazem interpretações deste fenómeno que nos importa aqui considerar.

## 1. O paradigma do preconceito e a despolitização do racismo na produção de conhecimento<sup>3</sup>

A “etiqueta racial” emergente no período entre guerras viria a fortalecer-se durante a segunda metade do século com a proliferação de abordagens quantitativas do estudo do racismo — particularmente no campo da Psicologia Social nos Estados Unidos, em busca de estatuto científico. O paradigma dos estudos do preconceito caracteriza-se, de forma geral, pelo individualismo metodológico (Cohen, 1992: 77), pelo pressuposto de uma dicotomia sociedade-indivíduo (Henriques, 1998: 60) e por uma “abordagem clínica” das atitudes sociais na procura dos indivíduos racistas e tolerantes numa dada sociedade (Bonilla-Silva, 2003: 64). Com ênfase em processos cognitivos e interpessoais do “indivíduo racista”, este paradigma tornou-se hegemónico na academia e na política desde então, influenciando a proposta de respostas legais e institucionais ao racismo, focalizadas no indivíduo (como campanhas de sensibilização e a aposta na formação), e a confiança na legislação como garante da igualdade, da dignidade e dos direitos humanos.

Nesta “abordagem clínica”, os estereótipos são entendidos como um viés da representação correta, como «transgressões dos limites racionais do uso da categoria, ou seja, como categorias irracionais» (Goldberg, 1990: 321). Isto resulta da diferenciação que promove entre o «processamento racional e objetivo de informação que produz uma representação perfeita» (neste caso, do “imigrante/minoria”) (Henriques, 1998: 75) e as “generalizações equivocadas” (1998: 73) baseadas no preconceito. Neste paradigma, torna-se possível discernir, por um lado, uma crença na racionalidade como ideal para as sociedades democráticas e, por outro, uma conceção do indivíduo como o *locus* da desintegração dessa racionalidade (1998: 66). Assim, a sociedade é exonerada e entendida como o lugar da democracia, da tolerância e dos direitos humanos (Goldberg, 2006, 2009), apenas ocasionalmente contaminada

---

<sup>3</sup> Esta secção resultou da revisão de literatura efetuada no projeto *TOLERACE — The semantics of tolerance and (anti-)racism in Europe: Public bodies and civil society in comparative perspective* (2010–2013, EC, ref. 244633). O projeto foi coordenado por uma equipa de investigação do Centro de Estudos Sociais liderada por Boaventura de Sousa Santos, Silvia Maeso e Marta Araújo. Para mais informações, consultar <[www.ces.uc.pt/projectos/tolerance](http://www.ces.uc.pt/projectos/tolerance)>.

por algumas “maçãs podres” (Henriques, 1998: 62). Por outro lado, o “sujeito racista” é concebido como estando “socialmente doente” e, portanto, como não sendo moralmente responsável (Goldberg, 1990: 318). Tal reflete-se no uso de metáforas da doença para falar do racismo,<sup>4</sup> sendo a metáfora do cancro especialmente recorrente, sugerindo que o racismo é anormal e uma externalidade, ou seja, um intruso a um corpo — a sociedade democrática — de outro modo saudável. Igualmente, está implícita na definição do racismo como viés irracional a associação do preconceito a um problema de pessoas sem instrução ou que não estão na posse da informação “correta”. Este é um pressuposto muito comum na literatura académica sobre o racismo, incluindo em Portugal: sem uma conceção de um sistema de dominação racial, o paradigma do preconceito ajuda a entender o racismo como um “viés cognitivo” — justificado pela ignorância e o medo (sobretudo em tempos de “crise”) — que pode ser “curado” pela informação e o conhecimento (Henriques, 1998; Goldberg, 1990; Sarup, 1991).<sup>5</sup> As citações seguintes são ilustrativas:

Um relatório do Observatório Europeu dos Fenómenos do Racismo e da Xenofobia, apresentado em março de 2005, afirma que a maioria dos portugueses sente que há um número excessivo de estrangeiros no país [...]. Esta posição é, por vezes, interpretada na imprensa como “resistência aos imigrantes” ou até mesmo xenofobia. Mas isto não é necessariamente o caso. É importante notar que os portugueses são a favor da igualdade de direitos civis e de uma sociedade multicultural. Além disso, este sentimento geral sobre o número “excessivo” de estrangeiros deve também ser entendido no contexto da atual conjuntura económica, marcada pela contração do mercado de trabalho e um aumento do desemprego. Finalmente, tem havido uma falta de informação sobre os benefícios económicos e sociais da imigração. (Fonseca, Malheiros e Silva, 2005: 4–5)

Esta percepção [que vê os imigrantes como consumidores dos recursos colectivos] é facilitada pelo facto de nos *media* estar ausente a informação de que os imigrantes não competem com os cidadãos dos países de acolhimento

---

<sup>4</sup> Ver, também, Hesse (2004).

<sup>5</sup> A maioria das abordagens contemporâneas partilha deste pressuposto, propondo iniciativas políticas liberais para lidar com o racismo que tendem a evadir as suas dinâmicas de poder e a incidir na necessidade de conhecer o “outro”.

nas mesmas áreas de trabalho, bem como a informação sobre o seu contributo para o crescimento económico. (Vala, Pereira e Ramos, 2006: 223)

Neste entender, o preconceito (que levaria a ver os imigrantes como “consumidores dos recursos coletivos”) explica-se pela ausência da informação correta, capaz de contradizer este mito,<sup>6</sup> ficando implícita a prescrição da educação e de campanhas de sensibilização para curar este mal. Esta abordagem descarta que a «“ignorância” é o efeito de um conhecimento particular e não de uma ausência de conhecimento» (Lesko e Bloom, 1998: 380), marginalizando assim considerações sobre ideologia e estrutura.

No paradigma do preconceito, a investigação, quando enquadra tais indivíduos (“racistas”) coletivamente, tende a fazê-lo concentrando-se nos que são considerados grupos desviantes, como as organizações extremistas. Isto ajuda a enquadrar o racismo como estando nas margens da cultura social e política, como Paul Gilroy argumentou para o contexto britânico:

O preço de sobreidentificar a luta contra o racismo com as atividades desses grupos e pequenas fações extremistas é que, por mais que possam colocar um problema numa área particular (e eu não nego a necessidade de se combater a sua organização), eles são excepcionais. Existem à margem da cultura política [...]. Um ponto de partida mais produtivo é proporcionado se nos concentrarmos no racismo convencional e se virmos “raça” e racismo não como questões marginais, mas como uma presença volátil no centro da política britânica. (Gilroy, 1992: 51)

Pelo contrário, muito do trabalho académico neste âmbito promove um entendimento estreito do racismo — reduzindo o político à atividade das organizações de extrema-direita e absolvendo os partidos mais “moderados” — pelo que apenas o reconhece nas suas expressões mais óbvias (designadamente, «a politização dos discursos anti-imigração» [Marques, 2007: 33]):

---

<sup>6</sup> Para uma análise desta lógica nos discursos político-académicos em Portugal a partir da década de 2000, ver Maeso e Araújo (2013, 2014).

Poderá dizer-se que em Portugal não só não existe um racismo assumido como são extremamente raros os casos de racismo militante.

Tanto a opinião pública como as autoridades oficiais condenaram sempre com firmeza os incidentes de natureza racista ocorridos na última década. (Baganha e Marques, 2001: 70)

Portugal é um dos países da União Europeia onde não têm praticamente expressão social ou eleitoral partidos ou forças políticas que acolham e promovam ideologias racistas ou xenófobas. (Machado, 2001: 53)

Isto leva, frequentemente, a eliminar a esfera do poder das preocupações académicas com o racismo, descartando-se a necessidade de investigar as suas expressões “bem-intencionadas” ou “moderadas” no centrismo político ou no topo das instituições democráticas, protegendo-se assim o privilégio racial das elites (van Dijk, 1993).

Por conseguinte, muito do trabalho académico neste paradigma continua a separar o racismo das formas rotineiras de governamentalidade racializada, o que por sua vez determina o que é identificado como racista, tornando o racismo dependente da motivação e intencionalidade.<sup>7</sup> Isto constrói efetivamente o racismo como uma externalidade, «uma afronta ideológica aberrante aos ideais duradouros do Iluminismo e aos valores da tradição judaico-cristã»,<sup>7</sup> em vez de o considerar como uma prática política inerente à constituição do Estado-nação na história da Europa. Os seguintes exemplos são ilustrativos da prevalência desta ideia do racismo como externo à Europa e às noções de europeidade:

Nas sociedades modernas, o racismo constitui, de facto, uma traição aos valores proclamados, um afastamento significativo à norma da igualdade.

Numa jovem democracia que se baseia no princípio da cidadania universal, construída sobre as cinzas de um regime de inspiração fascista, as manifestações racistas constituem efectivamente afastamentos graves aos valores da igualdade cívica, política e jurídica. (Marques, 2007: 15)

O combate ao racismo faz-se de diversas formas, desde a punição exemplar dos crimes violentos de natureza racista, à afirmação dos valores civilizacionais de igualdade e respeito pela dignidade dos seres humanos. (Amâncio, 2007: 9–10)

---

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, Machado (2001: 60–61).

Esta externalização do racismo — nas margens da “sociedade democrática” — é simultânea à naturalização do próprio preconceito e à reificação da diferença.

O Inquérito Social Europeu — um inquérito académico transnacional aplicado em 24 países — parece ter sido determinante na consolidação da abordagem do racismo enquanto atitudes sociais preconceituosas, sobretudo a partir da década iniciada em 2000. Nestes estudos, identifica-se o preconceito como ocorrendo de um “endogrupo” em direção a um “exogrupo” (Vala, Brito e Lopes, 1999), ou nas relações entre minoria e maioria, assumindo-se problemáticamente a rigidez de tais grupos. As citações a seguir mostram como esta abordagem contribui, por um lado, para reduzir o racismo ao etnocentrismo e à heterofobia — naturalizando-os — e, por outro, para a essencialização das “minorias étnicas” e a deslegitimação da “perceção” de racismo:

Ao nível das diferenças individuais de tipo psicológico, são incluídas, no nosso modelo, as seguintes variáveis: o *etnocentrismo*, ou orientação para a rejeição de exogrupos, variável que decorre dos estudos de Adorno *et al.* (1950), de acordo com os quais a discriminação de um exogrupo é, apenas, um sintoma de uma orientação mais geral para a discriminação de qualquer exogrupo. (Vala, Brito e Lopes, 1999: 182–183)

Sabe-se que os guineenses de etnias muçulmanas vivem espacialmente mais concentrados do que a média, têm sociabilidades intraétnicas fortes e interétnicas fracas e são os mais contrastantes com a sociedade envolvente em termos linguísticos e religiosos (Machado, 1999). Se somarmos a isso o facto de serem também os mais visíveis na sua diferença, devido ao uso de indumentária própria que os distingue de todos os outros, não será errado pensar que possam, por esse acumulado de diferenças, ser mais vezes alvo de manifestações que tomem como racistas, e que seja justamente isso que as suas percepções reflectem. (Machado, 2001: 69)

Com esta reificação da diferença, a raça transforma-se «na força do preconceito exercida contra os recém-chegados [...] um excesso irracional» (Goldberg, 2009: 162). A ênfase já não recai sobre o racismo, mas sobre as “outras” “culturas” e “estilos de vida” — vistos como categorias discretas e claramente identificáveis, essencializadas e abordadas como



patológicas. Tal abre o caminho a uma compreensão do racismo como o medo do desconhecido e à hostilidade para com aqueles percebidos como uma ameaça “ao nosso modo de vida”, ou seja, uma resposta natural ao “outro”, que evoca o que Teun van Dijk designou como o «argumento da ubiquidade [...], que diz que o preconceito e a discriminação são propriedades humanas universais» (1993: 169).<sup>8</sup> Esta abordagem dá assim uma explicação das “atitudes racistas” como uma questão de “contraste social e cultural”, reificando o “hiato” entre os “nacionais”, tidos como homogêneos, e os “imigrantes/minorias”.<sup>9</sup>

A naturalização da hostilidade (Barker, 1981) transforma efetivamente o problema da discriminação num problema de “integração” — dependente do tal grau de contraste social e cultural — e as suas vítimas em «potenciais objetos de tolerância» (Brown, 2006: 3):

No caso português, [...] o racismo anticiganos é mais forte do que o anti-africanos, que é, por sua vez, mais forte do que o racismo anti-indianos, relativamente pouco comum. Ora, a minoria cigana é justamente aquela que mais contrastes sociais e culturais acumula, as várias populações africanas têm contrastes sociais acentuados, mas continuidades significativas em termos de sociabilidade, língua ou religião, ao passo que as minorias indianas combinam contrastes culturais com continuidades sociais. (Machado, 2001: 71–72)

Inversamente ao que se passa nos países de imigração mais antiga, os imigrantes não são, por enquanto, alvos de um racismo de carácter diferencialista; o que se pode ficar a dever a várias ordens de factores: em primeiro lugar é preciso sublinhar a existência de continuidades culturais significativas entre os imigrantes de origem africana e os portugueses com os quais eles estão em contacto mais directo. Isto é, contrariamente ao exemplo dos países da Europa do Norte, não se registam contrastes culturais verdadeiramente significativos — ao nível da língua, da religião e mesmo das estruturas familiares — entre a maior parte das populações com origem na imigração e a população autóctone. (Marques, 2007: 50–51)

Apoiando-se numa visão sobre o preconceito como um conjunto de conhecimentos imprecisos sobre o “outro”, esta abordagem acaba por

---

<sup>8</sup> Ver também Goldberg (1990: 320–322).

<sup>9</sup> Ver, por exemplo, Machado (2001: 71), Marques (2007: 50).

transformar “o objeto de estudo da pessoa preconceituosa no objeto de estímulo” (Sarup, 1991: 56): “culpam-se as vítimas” do racismo — constituídas como o “desconhecido” —, em vez de se incidir sobre o sujeito “desconhecedor” (1991: 56) e sobre a formação desse desconhecimento. Como resultado, o problema em discussão já não é a discriminação, mas a diferença. A “prova” da vontade de integração é a solução:

Os indivíduos naturais da Europa de Leste têm frequentemente (ou proclamam ter) qualificações de nível superior [...] embora, para muitos dos imigrantes destas proveniências, os empregos a que inicialmente podem aceder estarão sensivelmente abaixo das qualificações que realmente possuem, é de prever que, quando possuidores de um adequado domínio da nossa língua e tenham feito prova de capacidades de desempenho em trabalhos de natureza mais qualificada ou especializada, a eles venham progressivamente a ter acesso. (Rocha-Trindade, 2003: 177)

De facto, esta inversão de lógica reflete a ideia de que é a diversidade racial e cultural — e não a sua gestão política ou as lógicas do racismo — que cria tensões e conflitos, como se demonstra a seguir:

A conflitualidade étnica ou “racial” observável nos subúrbios das principais cidades tem as suas fontes na problemática da mobilidade social, no temor da exclusão e na inquietude face à equiparação ao estatuto social de “imigrante”. O racismo manifesta-se, então, através da transferência das dificuldades concretas dos autóctones para a presença próxima de populações com origem na imigração. (Marques, 2007: 41)

Consequentemente, a maioria dos estudos empíricos sobre o racismo em Portugal tem sido realizada na área metropolitana de Lisboa — onde tendem a estar localizados os “imigrantes” e as “minorias étnicas”; o espaço da sua *concentração empírica* (Machado, 2001; Ferreira, 2003). Tal pressupõe e reproduz a ideia de hostilidade ou medo como reação natural ao “contacto” com a “presença” de “imigrantes” ou “minorias”, na sua maioria em “bairros desfavorecidos”. Esta leitura do racismo como resultante do contacto direto com o “outro” explica-o como o contraste entre o “exotismo” do imigrante e a “modernidade” da sociedade de acolhimento (Sayyid, 2004; Hesse e Sayyid, 2006).

Significativamente, a abordagem do racismo que procurámos delinear a partir do caso português é hegemónica também noutros contextos, como analisaremos em seguida a partir de vários casos de disputas políticas em espaços universitários.

## 2. O (anti)racismo como disputa política, a universidade como espaço de luta

Em março de 2016, uma edição do programa de debate *Ce soir (ou jamais!)* — emitido por um dos principais canais públicos da televisão francesa — foi dedicada à luta antirracista e às divergências no seu seio: “Qual é o ponto da situação da luta antirracista? Tem falhado?”, foram as perguntas de partida. Frédéric Taddeï, o jornalista que moderou o debate, começou por questionar os convidados: “O que tem mudado na luta antirracista?” As diferentes respostas refletem o mapa político da disputa em torno do (anti)racismo no contexto europeu, além das especificidades histórico-políticas da sociedade francesa: o fotógrafo Oliviero Toscani<sup>10</sup> considerou que o racismo não é relevante, pois a principal divisão é aquela entre ricos e pobres, e argumentou que se nos declaramos antirracistas, aceitamos o racismo; Emmanuel Debono, historiador, afirmou que o movimento antirracista tem estado sempre profundamente dividido, mas que tem havido uma transição do universalismo para uma forma de militância mais comunitarista; Nadia Remadna, mediadora em bairros periféricos e fundadora da associação *La brigade des mères*, destacou que hoje existe um racismo intercomunitário nos bairros onde as populações estão presas na autovitimização; Maboula Soumahoro, professora de estudos afro-americanos e organizadora das *Journées Africana*, salientou que na atualidade os racializados têm tomado a palavra e que o racismo não é uma questão de sentimentos, mas um sistema de opressão, exclusão e marginalização; Houria Bouteldja, porta-voz do Partido dos Indígenas da República, assinalou a necessidade de precisar que falaria do racismo de Estado e não do racismo intercomunitário, portanto, do antirracismo político, da luta contra o racismo estrutural

---

<sup>10</sup> Autor de campanhas publicitárias para a marca italiana *United Colors of Benetton* nos anos 1990.

perante a hegemonia do antirracismo moral; finalmente, o politólogo Thomas Guénolé afirmou que aquilo que mudou foi o facto de hoje uma grande parte do antirracismo ser racista (i.e., constituir um “racismo antibranco”) e usou como exemplo o trabalho político e intelectual de Houria Bouteldja.<sup>11</sup> A partir deste mapa de posicionamentos, podemos distinguir três clivagens no debate político que mostram os legados do processo de despolitização do (anti)racismo anteriormente analisado: primeiro, frente a uma compreensão do racismo como um sistema de opressão historicamente enraizado na modernidade/colonialidade (Quijano, 2000; Hesse, 2004; Goldberg, 2006; Dussel, 2008), domina uma conceptualização centrada na ubiquidade do preconceito na generalidade das relações sociais; segundo, o combate contra os processos políticos (por exemplo: legislação, políticas públicas e política internacional), que protegem/reproduzem o privilégio branco, é marginalizado através da moralização do antirracismo, que teria por missão educar e corrigir os sujeitos racistas (Cox, 1970 [1948]: 519–538; Henriques, 1998); finalmente, a “existência política” daqueles que são racializados (Khiari, 2009: 9–18; Bouteldja, 2016: 111–118) é deslegitimada por esse antirracismo moral que considera a própria “consciência” racial (i.e., as lutas políticas que assumem a existência do princípio da hierarquização das raças como produto histórico-político) como reprodutora do racismo.

É, portanto, fulcral assinalar que o antirracismo é um campo político atravessado por divergências fundamentais, tanto na produção de conhecimento sobre o próprio racismo como nas propostas de transformação política. No atual contexto europeu, e desde meados da década de 1990, os contornos destas divergências têm sido configurados pela incorporação de legislação antidiscriminação e de discursos sobre “diversidade” e “interculturalidade” no contexto das políticas públicas de diversos

---

<sup>11</sup> O referido debate foi emitido no dia 18 de março de 2016. Sabrina Goldman, representante da Liga Internacional contra o Racismo e o Antissemitismo (LICRA), e a politóloga Anastasia Colosimo também participaram no debate. Consultado a 11.04.2016, em <<https://www.youtube.com/watch?v=eNl7G90aaFk&nohtml5=False>>. O debate teve uma grande repercussão nas redes sociais e nos fóruns de discussão política de organizações tanto de extrema-direita como de esquerda. Houria Bouteldja e Maboula Soumahoro organizaram, no dia 28 de março no espaço *La Java*, em Paris, um debate moderado por Nacira Guénif-Souilamas, socióloga e membro da *Marche des femmes pour la dignité* (Mafef), para discutir o significado do debate televisivo e as suas consequências políticas. Consultado a 11.05.2016, em <<http://www.reperes-antiracistes.org/2016/04/ce-soir-ou-jamais-sur-l-antiracisme-decryptage-par-h-bouteldja-m-soumahoro-n-guenif.html>>.

Estados. Em conjunto com as organizações antirracistas hegemônicas e as várias “indústrias acadêmicas” neste âmbito (desde os estudos das migrações e das minorias, aos estudos do preconceito e atitudes), tem sido fortalecida a negação do racismo estrutural e a desacreditação do antirracismo político (ver Lentin, 2004, 2008; Essed e Nimako, 2006; Araújo, 2013; Maeso e Araújo, 2014).

Ainda que marginais, as abordagens descoloniais e os estudos críticos de raça na academia e nas organizações antirracistas desafiam a forma convencional, eurocêntrica, de abordar o problema do racismo no contexto euro-americano mais amplo. Dão continuidade às lutas políticas que, pelo menos desde a década de 1940, têm desenvolvido uma crítica radical aos estudos do preconceito e às políticas de “integração” ou de reforma moral. Estas lutas têm avançado com uma apropriação subversiva do conceito de racismo, tal como analisado por Barnor Hesse no contexto norte-americano. Para Hesse, a emergência de uma “análise negra” (*black analytics*) — ou de uma “sociologia negra” no campo acadêmico — confrontou a conceptualização do racismo (*qua* regime nazi) como uma aberração iliberal, assim como a proteção e o silenciamento da “normatividade branca” da governamentalidade colonial sobre o não-Occidente (Hesse, 2014: 148–156). Nesse contexto, o sociólogo Oliver Cox elaborou, em 1948, uma crítica profunda às abordagens abstratas do racismo enquanto teorias gerais sobre o etnocentrismo e o conflito, ou como um conjunto de ideias e filosofias. Cox propôs situar a compreensão histórica de raça na modernidade e na dominação colonial dos europeus sobre os não-europeus (1970 [1948]: 477–484). Foi igualmente crítico em relação à construção do “problema do Negro” segundo Gunnar Myrdal e, em particular, a sua confiança na reforma moral dos brancos. Cox considerava que, entre outros aspetos, evadia a questão da “luta pelo poder” (1970 [1948]: 534) e enquadrava o preconceito racial como um “dilema moral” para, finalmente, confiar no “tempo” como «esse grande corretor de todos os males» (1970 [1948]: 538). Também contestando a abordagem dominante do “preconceito racial” e da questão da “intencionalidade” — que subjaz atualmente à abordagem moral do (anti)racismo —, Stokely Carmichael (mais tarde conhecido como Kwame Ture) e Charles Hamilton publicaram, em 1967, o livro *Black Power: The Politics of Liberation in America*. Estes intelectuais denunciaram o racismo decorrente da “inação” de pessoas

“consagradas e respeitáveis”, que contribuía para manter os negros num lugar subordinado nos EUA, numa situação de colonialismo interno — por exemplo, na habitação, educação e economia (Carmichael e Hamilton, 1971: 19–22). Assim, o “racismo institucional” foi conceptualizado como sendo «mantido deliberadamente pela estrutura de poder e pela indiferença, a inércia e a falta de coragem por parte das massas brancas, bem como por funcionários insignificantes» (1971: 38). Os trabalhos de Cox, Carmichael/Ture e Hamilton ilustram como a luta pela politização do antirracismo desde a década de 1940 tornou central a questão do poder, ao contrário das abordagens hegemónicas construídas em torno da desmistificação de estereótipos.

Nos últimos anos, o debate político sobre o (anti)racismo na universidade, tanto nas relações sociais quotidianas como na produção de conhecimento, tem reemergido no contexto euro-americano e neste processo podemos reconhecer a continuidade das divergências acima assinaladas. As universidades, como os Estados, apresentam-se como espaços institucionais onde “o racismo não é permitido”, uma afirmação que, no entanto, acaba por se traduzir na ideia de que “o racismo não é um problema”.

Passamos a analisar dois casos de denúncias de racismo, na Universidade de Coimbra e na Universidade de Warwick, que exemplificam a ausência de uma política antirracista eficaz nas universidades, uma situação que está intimamente relacionada com a persistência de uma abordagem eurocêntrica do racismo.

Na Universidade de Coimbra (UC), em janeiro de 2014, um grupo de estudantes lançou uma campanha de denúncia de várias situações de tratamento racista, sexista e homofóbico a que haviam sido submetidos por colegas e professores.<sup>12</sup> A campanha seguiu o modelo utilizado internacionalmente noutras universidades nos últimos anos, designadamente nos Estados Unidos, no qual os estudantes (geralmente figurando de forma anónima) envergavam cartazes com as ofensas verbais escutadas. A notícia dos atos discriminatórios foi divulgada pela primeira vez nos média brasileiros,<sup>13</sup> visto a maioria dos estudantes que apresentaram as

---

<sup>12</sup> Esta campanha teve o apoio da lista R, candidata às eleições para a Direção Geral da associação de estudantes da UC (AAC — Associação Académica de Coimbra). Ver <<http://resetaaac.wix.com/lista-r#!/c1iqw>>, consultado a 16.10.2015.

<sup>13</sup> Ver <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/alunos-denunciam-preconceito-na-universidade-de-coimbra-11263679>>, consultado a 16.10.2015.

denúncias eram do Brasil. Além da campanha lançada nos meios de comunicação social, teve lugar uma pequena manifestação, no início de 2014, e foi enviada uma carta aberta à Universidade a solicitar a abertura de um inquérito oficial e a criação de um sistema de denúncia e combate à discriminação.<sup>14</sup>

A UC resistiu a aceitar as denúncias e não abriu um inquérito oficial. No seu *site* na Internet foi divulgada a sua posição oficial, em 17 de fevereiro de 2014 (UC, 2014), cujo texto acabou de facto por ajudar a “culpar as vítimas”, construindo os estudantes que tinham sido assediados como “suspeitos” (afirmando publicamente que vieram «levantar suspeitas da existência de comportamentos xenófobos», de algum modo implicitamente sugerindo que os “autores das suspeitas” agiram irresponsavelmente, fornecendo relatos de “alegados casos” com “grande imprecisão” [UC, 2014]). A UC, a universidade mais internacionalizada do país,<sup>15</sup> reagiu também com o lançamento e circulação de vídeos com depoimentos de outros estudantes brasileiros a testemunhar o quão integrados se sentiam em Coimbra e na universidade<sup>16</sup> — contribuindo ainda mais para a construção daqueles que denunciaram os casos de discriminação como politicamente parciais e tendenciosos e, consequentemente, para a proteção do privilégio racial. Para tal, a UC reafirmou a sua posição de Torre de Marfim, evocando a sua história de luta intelectual pela liberdade:

A secular convivência criativa entre estudantes de inúmeras origens é uma das mais fortes marcas distintivas da Universidade de Coimbra. A liberdade, o debate de ideias e a partilha de pontos de vista diferentes constituem um património que, como Universidade, muito prezamos. [...] A Universidade de Coimbra não está naturalmente imune aos problemas de preconceito e estereótipos da sociedade em que se insere. Num universo de mais de 30.000 pessoas há sempre discordâncias e desentendimentos pontuais, provocados pelas razões mais diversas, quer entre portugueses, quer entre cidadãos de

---

<sup>14</sup> Participámos neste processo de denúncia e mobilização através da rede Coimbra Contra a Opressão.

<sup>15</sup> Jornal *i*, de 13.11.2015, consultado a 31.01.2016, em <<http://www.ionline.pt/480104>>.

<sup>16</sup> Ver, por exemplo, <<https://www.youtube.com/watch?v=5tvDawkL7Jg&list=PLXU1zPdSnJEE9cexi-zW9AoFPqIcjqou>>, consultado a 16.10.2015.

outros países, quer envolvendo pessoas de diversas nacionalidades. Nada disso pode ser confundido com a existência de um ambiente de xenofobia na Universidade de Coimbra. (UC, 2014)

Neste excerto, chamamos a atenção para o conceito eurocêntrico de racismo (Hesse, 2004) que é invocado — no paradigma do preconceito —, cujo modelo se evade das práticas rotineiras de governamentalidade racializada herdadas do colonialismo e, portanto, do racismo institucional. Destacamos três aspetos: primeiro, a apresentação da universidade como historicamente livre de racismo e marcada pela “secular convivência”; segundo, a naturalização do “[suposto] ambiente de xenofobia”, entendido como constituído por um conjunto de eventos fortuitos, resultantes de um problema “normal” de relações interpessoais; e, por último, a nivelação de uma relação de poder historicamente assimétrica. Através da ênfase na tradição de liberdade e de “debate de ideias” da UC, reinterpretam-se as ofensas verbais como uma mera “troca de opiniões” envolvendo pessoas da mesma, ou diferente, nacionalidade.

Em abril de 2014, duas estudantes e uma investigadora reuniram-se com o Provedor do Estudante da UC, que expressou a sua conformidade com a posição oficial da Universidade e enfatizou como o problema da ausência de queixas formais impedia a sua intervenção. Apesar das estudantes terem assinalado que sustentar as queixas numa perspetiva individualizada colocava a responsabilidade na vítima e tornava a sua conduta no objeto da discussão, o provedor mostrou-se cético perante a possibilidade de a equipa reitoral vir a adotar um protocolo de atuação. Os alunos finalmente regressaram ao Brasil sem ver a abertura de um inquérito oficial e o caso deixou de receber atenção pública, como muitas outras situações semelhantes que não chegam a ser reportadas devido à inexistência de sistemas seguros que permitam aos estudantes denunciar casos de racismo.<sup>17</sup> A mensagem veiculada pela UC, ainda que inadvertidamente, foi de que não havia necessidade de um espaço para a denúncia e discussão do racismo. Os mecanismos institucionais da universidade levaram a que o caso não recebesse a atenção devida, convertendo os comportamentos

---

<sup>17</sup> Ainda que os estudantes pudessem recorrer ao sistema de justiça, é de lembrar a sua situação de vulnerabilidade por se tratar de denúncias não só acerca de colegas, mas também de docentes, assim como por serem beneficiários de bolsas de estudo.



racistas em incidentes isolados a carecer de evidência: o fenômeno desapareceu com o regresso daqueles estudantes (politizados) ao Brasil.

No dia 5 de abril de 2016, Faramade Ifaturoti, estudante do primeiro ano na Universidade de Warwick, publicou na sua conta de *Twitter* uma fotografia — tirada na cozinha da sua residência no *campus* — de umas bananas com as palavras “macaca!” e “pr\*\*a!” escritas. “Acabei de entrar na cozinha e olhem para o que um dos meus companheiros da residência fez. Estou extremamente revoltada @WarwickAccomm”, escreveu Ifaturoti incluindo o nome do utilizador do serviço de alojamento da universidade, *Warwick Accommodation*, para que estes tomassem conhecimento da situação. Nesse mesmo dia, o jornal estudantil da universidade, *The Boar*, publicou um artigo sobre o incidente no qual se referia que o *tweet* estava a ser amplamente partilhado — fora criada uma *hashtag* (##WeStandWithFara) para mostrar solidariedade com a estudante — e que a universidade investigaria o acontecido. A associação de estudantes *Warwick Anti-Racism Society* (WARSOC), criada em 2013, comentou ao jornal: «O manual de apoio da *Warwick Accommodation* não contém absolutamente nada em matéria de racismo, mas a instituição irá proclamar a diversidade alegremente e aos quatro ventos e apoiará a assinatura da Carta para a Igualdade Racial» (Pickard, 2016).

A WARSOC criou uma petição pública<sup>18</sup> solicitando que a universidade fosse responsabilizada pelo racismo que tem lugar no seu seio. O texto indicava três premências: uma revisão empenhada da política contra a discriminação racial na universidade; a transformação do currículo, que perpetua o conhecimento eurocêntrico<sup>19</sup> e ignora quer o pensamento de intelectuais e académicos não-brancos, quer as experiências dos estudantes negros e das minorias étnicas; e uma maior representação dos estudantes negros e de minorias étnicas nas diferentes áreas da universidade.

---

<sup>18</sup> Consultado a 10.04.2016, em <[https://www.change.org/p/warwick-university-the-university-of-warwick-must-be-held-accountable-for-racism-within-its-walls?recruiter=522348992&utm\\_source=share\\_petition&utm\\_medium=copylink](https://www.change.org/p/warwick-university-the-university-of-warwick-must-be-held-accountable-for-racism-within-its-walls?recruiter=522348992&utm_source=share_petition&utm_medium=copylink)>.

<sup>19</sup> A WARSOC tem organizado numerosos debates sobre racismo na universidade, assim como sobre a organização política dos estudantes negros e das minorias étnicas, e o combate ao eurocentrismo e à reprodução do conhecimento colonial no currículo. Em março de 2016, teve lugar a primeira conferência dedicada à temática: “Descolonizar a nossa universidade” [*Decolonising our university*] com a participação de docentes e estudantes de Warwick e de outras instituições britânicas. Consultado a 13.04.2016, em <<https://www.warwick.ac.uk/events/4000/13586>>.

As publicações no jornal estudantil *The Boar* e nas redes sociais nos dias seguintes evidenciaram, por um lado, as discrepâncias nas diligências da universidade, e especificamente do serviço de alojamento, em dar resposta à situação da estudante (Barker e Pickard, 2016) e, por outro, a recorrência com que o racismo é experienciado pelos estudantes na universidade.<sup>20</sup> *The Boar* publicou diversos testemunhos de estudantes que expunham a ausência de uma resposta institucional adequada:<sup>21</sup>

Tenho sentido que a universidade pouco se importa com o bem-estar das minorias no *campus*. No meu primeiro ano, fui chamada *pr\*\*a* por um companheiro de residência durante dois períodos académicos, outro colega etiquetou-me de terrorista e chamou-me de “menina Tâmil, suja, castanha [*brown*]”. Houve alguém que me dizia que não achava que eu fosse inteligente porque era negra. Tive companheiros na residência que me diziam que nunca namorariam com mulheres negras, utilizando termos depreciativos e estereótipos racistas para justificar essas atitudes detestáveis. Reportá-lo era inútil porque não haveria consequências para os autores e o tutor da residência diria que “não havia prova nenhuma” de modo que “não podia intervir”. (Anonymous Writer, 2016)

Estes dois casos não são exceções. Ainda no contexto britânico, a discussão sobre racismo e eurocentrismo no currículo tem sido abordada, desde 2014, pela campanha, e pelo filme, “Por que razão é o meu currículo branco?” (*Why is my curriculum white?*), liderada pela Rede dos Estudantes Negros e das Minorias Étnicas (*Black & Minority Ethnic Students’ Network*) da Universidade de Londres.<sup>22</sup>

No contexto holandês, foi organizado conjuntamente pelas organizações *New Urban Collective* e *University of Colour* o encontro internacional “Descolonizar a Universidade” (*Decolonizing the University*) na

---

<sup>20</sup> *The Boar*, juntamente com outros jornais estudantis, iniciou um inquérito anónimo *online* sobre racismo nas universidades britânicas. Consultado a 14.04.2016, em <<https://docs.google.com/forms/d/1f92fTWumsqZ3tieP5K8QyEC5G76UjZGNpGhEI7ORGhk/viewform>>.

<sup>21</sup> Esta situação foi também reportada nos numerosos comentários dos assinantes da petição pública da WAR Soc.

<sup>22</sup> Consultado a 13.04.2016, em <<https://blogs.ucl.ac.uk/events/2014/11/21/ucl-faces-race-why-is-my-curriculum-white>>.

Universidade de Amesterdão em outubro de 2015.<sup>23</sup> Reunindo sobretudo ativistas políticos, estudantes e investigadores, e congregando lutas internacionais, este encontro teve como objetivo analisar o racismo e o eurocentrismo na universidade e encontrar propostas para a sua transformação.

Na África do Sul, o movimento Rhodes Deve Cair (*Rhodes Must Fall*) constituído por estudantes, professores e funcionários da Universidade da Cidade do Cabo, iniciou, em março de 2015, um debate sobre o racismo institucional na universidade e a descolonização do conhecimento. Uma das suas iniciativas foi a campanha para retirar a estátua do imperialista britânico Cecil Rhodes do *campus* universitário — inaugurada em 1934 para honrar a sua memória e o facto de ter “doador” os terrenos onde foi construída a universidade. A estátua acabou por ser retirada no dia 9 de abril de 2015.<sup>24</sup>

No contexto norte-americano, os movimentos de debate sobre o legado racista estão presentes em diversas universidades. Por exemplo, na Universidade de Princeton, a *Black Justice League*, começou, em 2015, um debate sobre a centralidade de Woodrow Wilson na identidade da Universidade e elaborou uma lista de demandas entre as quais figurava o reconhecimento do legado racista que Wilson representa — solicitando a retirada de um mural em sua honra e do seu nome de diversos edifícios do *campus* —, assim como a abertura de um debate público sobre a liberdade de expressão e racismo antinegro.<sup>25</sup>

Estes casos mostram a forma como a universidade protege estruturas e práticas racistas e como o racismo é uma questão central no funcionamento da instituição na sua totalidade (Law, Philips e Turney, 2004); porém, ilustram também que a disputa política em torno do antirracismo irá instalar-se no seu seio apesar das resistências nos diferentes âmbitos

---

<sup>23</sup> Consultado a 26.01.2016, em <<http://nucnet.nl/decolonizing-the-university-conference-october-24th-2015-vu-university-amsterdam>>.

<sup>24</sup> Consultado a 26.01.2016, em <<http://rhodesmustfall.co.za>>.

<sup>25</sup> Consultado a 23.02.2016, em <<https://www.change.org/p/princeton-university-administration-occupynassau-meet-black-student-s-demands>>. Em abril de 2016, o Conselho da Universidade decidiu manter o mural e o nome de Wilson nos edifícios; Christopher L. Eisgruber, Presidente da Universidade, declarava que a decisão tinha sido a correta, pois «a melhor maneira de alcançar a diversidade e a inclusão não é mediante o derrube de nomes do passado, mas sendo mais honestos sobre a nossa história, incluindo o lado mau da nossa história» (Markovich, 2016).

da sua vida institucional. Esta é uma disputa que recupera e reinscreve demandas, que têm uma longa história, pela transformação do currículo e pelo combate eficaz contra o racismo no cotidiano da vida acadêmica. Em diversos contextos, este debate já está a pôr em causa a própria história das universidades — na sua relação com o colonialismo e os seus legados — e a colocar à prova as imagens benévolas de “convivência” e “diversidade”.

## Conclusões

O antirracismo deve repolitizar as origens do racismo e aquilo que ele implica, e, para isso, os seus aliados serão poucos. (Lentin, 2004: 317)

Neste capítulo, tivemos o objetivo de mostrar como — na produção acadêmica e no contexto quotidiano da universidade — a discussão sobre o racismo efetivamente se evade da sua institucionalização. Esta ausência no debate é produzida constantemente pela operação de estruturas, processos e práticas rotineiras (Essed, 1991) que consagram uma compreensão eurocêntrica do racismo (Hesse, 2004). Assim, este é entendido como um conjunto de ideias “erradas” ou “enviesadas” sobre pessoas vistas como “diferentes”, levando a atitudes “naturais” de “medo” e “hostilidade” na presença do “desconhecido”. Consequentemente, ocorrem dois processos inter-relacionados: por um lado, a fixação da fronteira “nós/outros” e a reificação da diferença; por outro, a suspeita e a culpabilização das vítimas que denunciam situações de discriminação racial. O racismo institucional acaba, assim, por ser reproduzido através da sua negação, incluindo em iniciativas específicas em nome da “promoção da igualdade”, da “integração das minorias” ou da “diversidade cultural”, desconectando o racismo do privilégio branco e, portanto, da sua história.

Pelo contrário, e na senda quer das propostas dos movimentos antirracistas de base e descoloniais, quer das teorias críticas de raça, consideramos o racismo um fenómeno político configurado historicamente e a noção de racismo institucional fulcral para entender os preconceitos e as atitudes como sendo meramente a ponta do icebergue, refletindo-se assim as estruturas sociopolíticas como profundamente geradoras e

reprodutoras de desigualdades. Tal evidencia como a identificação do sujeito racista ou preconceituoso — contra o qual tem de se procurar uma “prova” — é uma falácia. Como argumenta Philomena Essed, «o termo racismo individual é uma contradição em si, porque o racismo é, por definição, a expressão ou ativação do poder de um grupo» (1991: 37). Nesse sentido, a autora propõe uma abordagem mais produtiva que é a identificação dos modos pelos quais o racismo se reproduz e renova de maneiras rotineiras através de ideologias, processos e estruturas discriminatórias. Tal enuncia a inadequação de um diagnóstico do problema que conduza simplesmente à identificação e punição moral das pessoas ou atos racistas. Sara Ahmed, refletindo a partir do seu estudo, experiência e intervenção pedagógica sobre raça e diversidade na universidade, argumenta como esta instituição constrói um intransponível “muro de tijolo” face a acusações de racismo:

Falar sobre racismo prejudicaria não apenas a organização, reinventada como um sujeito com sentimentos, mas também os indivíduos que se identificam com a organização. Eles seriam feridos por aquilo que é ouvido como uma acusação, de tal forma que a acusação se torna *sobre a sua* ferida. Há uma injunção implícita para não falar sobre racismo a fim de proteger a branquidade de ser ferida. Falar sobre racismo é, portanto, ouvido como uma lesão não para aqueles que falam, mas para aqueles sobre os quais se fala. (Ahmed, 2012: 147; itálico no original)

Portanto, um quadro conceptual que, nos diferentes âmbitos analisados, tivesse em consideração raça/poder, a sua história e os seus legados contemporâneos teria permitido colocar em debate diversas concepções do racismo enquanto fenómeno político que permeia a própria produção de conhecimento sobre o “problema”. Só assim se poderia avançar com soluções políticas com capacidade real de mudança das estruturas e dos cânones, abandonando os discursos banalizadores da diversidade em prol de uma discussão profunda sobre a descolonização da universidade. Esta discussão, ainda que marginal, é hoje uma realidade. Como se analisou neste capítulo, as universidades, assim como outras esferas institucionais, estão numa posição de defesa face à sua “dignidade ferida”. Neste contexto, o privilégio branco vai estar em jogo e, portanto, os “aliados” na luta antirracista “serão poucos”.

## Referências bibliográficas

- Ahmed, Sara (2012), *On being included: Racism and institutional life*. Durham, NC: Duke University Press.
- Amâncio, Lígia (2007), “Prefácio”, in Rosa Cabecinhas, *Preto e branco: A naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das Letras, 7–10.
- Anonymous Writer (2016), “Testimonials of racism on campus: It affects us all”, *The Boar*, de 12 de abril. Consultado a 13.04.2016, em <https://theboar.org/2016/04/testimonials-racism-campus>
- Araújo, Marta (2013), “Challenging narratives on diversity and immigration in Portugal: The (de)politicization of colonialism and racism”, in Jorge Capetillo, Glenn Jacobs e Philip Kretsedemas (orgs.), *Migrant marginality: A transnational perspective*. Nova Iorque: Routledge, 27–46.
- Baganha, Maria Ioannis; Marques, José Carlos (2001), *Imigração e política: O caso português*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Barker, Martin (1981), *The new racism*. Londres: Junction Books.
- Barker, Martin (2002), “Reflections on ‘The problems with racism’”, in Philomena Essed e David Goldberg (orgs.), *Race critical theories. Text and context*. Malden, MA: Blackwell Publishers, 471–480.
- Barker, Matt; Pickard, Lily (2016), “Four hours, ‘no response’: Warwick reaction to racist incident under fire”, *The Boar*, de 7 de abril. Consultado a 12.04.2016, em <https://theboar.org/2016/04/four-hours-no-response-warwick-act-quickly-enough>
- Bonilla-Silva, Eduardo (2003), “Racial attitudes or racial ideology? An alternative paradigm for examining actors’ racial views”, *Journal of Political Ideologies*, 8(1), 63–82. DOI: <https://doi.org/10.1080/13569310306082>
- Bouteldja, Houria (2016), *Les Blancs, les Juifs et nous. Vers une politique de l’amour révolutionnaire*. Paris: La Fabrique.
- Brown, Wendy (2006), *Regulating aversion. Tolerance in the age of identity and empire*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Carmichael, Stokely (Ture, Kwame); Hamilton, Charles V. (1971), *Black power: The politics of liberation in America*. Nova Iorque: Vintage [reimpressão; orig. 1967].
- Cohen, Phil (1992), “It’s racism what dunnit! Hidden narratives in theories of racism”, in Ali Rattansi e James Donald (orgs.), *‘Race’, culture and difference*. Londres: Sage/Open University, 62–103.
- Cox, Oliver C. (1970), *Caste, class and race. A study in social dynamics*. Nova Iorque: Monthly Review [orig. 1948].
- Dussel, Enrique (2008), 1492. *El encubrimiento del Otro. Hacia el origen del “Mito de la modernidad”*. La Paz: Biblioteca Indígena.
- Essed, Philomena (1991), *Understanding everyday racism*. Londres: Sage.
- Essed, Philomena; Nimako, Kwame (2006), “Designs and (co)incidents. Cultures of scholarship and public policy on immigrants/minorities in the Netherlands”, *International Journal of Comparative Sociology*, 47(3–4), 281–312. DOI: <https://doi.org/10.1177/0020715206065784>

- Ferreira, Vítor Sérgio (2003), “Uma polaroid sociográfica”, in Vítor Sérgio Ferreira, Marcus Eugêneo Lima, Diniz Lopes e Jorge Vala (orgs.), *Simetrias e identidades: Jovens negros em Portugal*. Oeiras: Celta, 23–50.
- Fonseca, Maria Lucinda; Malheiros, Jorge Macaísta; Silva, Sandra (2005), “Portugal”, in Jan Niessen, Yongmi Schibel e Cressida Thompson (orgs.), *Current immigration debates in Europe: A publication of the European migration dialogue*. Bruxelas: MPG. Consultado a 18.09.2016, em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.506.1428>
- Füredi, Frank (1998), *The silent war: Imperialism and the changing perception of race*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Gilroy, Paul (1992), “The End of Anti-Racism”, in James Donald e Ali Rattansi (orgs.), *‘Race’, culture, and difference*. Londres: Sage, 49–61.
- Goldberg, David Theo (1990), “Racism and rationality: The need for a new critique”, *Philosophy of the Social Sciences*, 20(3), 317–350. DOI: <https://doi.org/10.1177/004839319002000303>
- Goldberg, David Theo (2006), “Racial Europeanization”, *Ethnic and Racial Studies*, 29(2), 331–364. DOI: <https://doi.org/10.1080/01419870500465611>
- Goldberg, David Theo (2009), *The threat of race. Reflections on racial neoliberalism*. Malden, MA: Wiley-Blackwell.
- Henriques, Julian (1998), “Social psychology and the politics of racism”, in Julian Henriques, Wendy Hollway, Cathy Urwin, Couze Venn e Valerie Walkerdine (orgs.), *Changing the subject: Psychology, social regulation and subjectivity*. Londres: Routledge, 60–90 [2.<sup>a</sup> ed.].
- Hesse, Barnor (2004), “Im/plausible deniability: Racism’s conceptual double bind”, *Social Identities*, 10(1), 9–29. DOI: <https://doi.org/10.1080/1350463042000190976>
- Hesse, Barnor (2014), “Racism’s alterity. The after-life of black sociology”, in Wulf D. Hund e Alana Lentin (org.), *Racism and sociology — Racism analysis | Yearbook 5*. Berlim: IIT, 141–174.
- Hesse, Barnor; Sayyid, Salman (2006), “Narrating the postcolonial political and the immigrant imaginary”, in Nasreen Ali, Virinder S. Kalra e Salman Sayyid (orgs.), *A postcolonial people: South Asians in Britain*. Londres: Hurst, 13–31.
- Khiari, Sadri (2009), *La contre-révolution coloniale en France. De de Gaulle à Sarkozy*. Paris: La Fabrique.
- Law, Ian; Philips, Deborah; Turney, Laura (orgs.), (2004), *Institutional racism in higher education*. Stoke-on-Trent: Trentham Books.
- Lentin, Alana (2004), *Racism and anti-racism in Europe*. Londres: Pluto.
- Lentin, Alana (2008), “After anti-racism?”, *European Journal of Cultural Studies*, 11(3), 311–331. DOI: <https://doi.org/10.1177/1367549408091846>
- Lesko, Nancy; Bloom, Leslie (1998), “Close encounters: truth, experience and interpretation in multicultural teacher education”, *Journal of Curriculum Studies*, 30(4), 375–395. DOI: <https://doi.org/10.1080/002202798183530>

- Machado, Fernando Luís (2001), “Contextos e percepções de racismo no quotidiano”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 36, 53–80. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/408>
- Maeso, Sílvia Rodríguez; Araújo, Marta (2013), “A quadratura do círculo: (Anti)racismo, imigração e a(s) política(s) da integração em Portugal nos anos 2000”, *Oficina do CES*, 407. Consultado em <https://ces.uc.pt/publicacoes/outras-publicacoes-e-colecoes/oficina-do-ces/numeros/oficina-407>
- Maeso, Sílvia Rodríguez; Araújo, Marta (2014), “The politics of (anti-)racism. Academic research and policy discourse in Europe”, in Wulf D. Hund e Alana Lentin (org.), *Racism and sociology — Racism analysis | Yearbook 5*. Berlim: LIT, 207–237.
- Markovich, Alexandra (2016), “Princeton board votes to keep Woodrow Wilson’s name on campus buildings”, *The New York Times*, de 4 de abril. Consultado a 12.04.2016, em <http://www.nytimes.com/2016/04/05/nyregion/princeton-board-votes-to-keep-woodrow-wilsons-name-on-campus-buildings.html>
- Marques, João Filipe (2007), *Do “não racismo” dos portugueses aos dois racismos dos portugueses*. Lisboa: ACIDI.
- Pickard, Lily (2016), “BREAKING: Racist incident reported in Warwick halls of residence”, *The Boar*, de 5 de abril. Consultado a 10.04.2016, em <http://theboar.org/2016/04/breaking-racist-incident-reported-warwick-halls-residence>
- Quijano, Aníbal (2000), “Coloniality of power, eurocentrism and Latin America”, *Nepantla: Views from South*, 1(3), 533–580. Disponível em <https://muse.jhu.edu/article/23906/summary>
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2003), “A realidade da imigração em Portugal”, in *Actas do I congresso imigração em Portugal: Diversidade, cidadania, integração*. Lisboa: ACIME, 172–183. Disponível em [http://www.museum-emigrantes.org/docs/conhecimento/actas\\_Icongresso%20imigracao%20em%20portugal.pdf](http://www.museum-emigrantes.org/docs/conhecimento/actas_Icongresso%20imigracao%20em%20portugal.pdf)
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237–280. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>
- Sarup, Madan (1991), *Education and the ideologies of racism*. Stoke-on-Trent: Trentham Books.
- Sayyid, Salman (2004), “Slippery people: The immigrant imaginary and the grammar of colours”, in Ian Law, Deborah Phillips e Laura Turney (orgs.), *Institutional Racism in Higher Education*. Stoke on Trent: Trentham Books, 149–159.
- UC — Universidade de Coimbra (2014), *Posição oficial sobre alegados casos de xenofobia na UC*, de 17 de fevereiro. Consultado a 16.10.2015, em [http://www.uc.pt/tomenota/2014/022014/17022014\\_2](http://www.uc.pt/tomenota/2014/022014/17022014_2)
- Vala, Jorge; Brito, Rodrigo; Lopes, Diniz (1999), *Expressões dos racismos em Portugal*. Oeiras: Celta.



Vala, Jorge; Pereira, Cícero; Ramos, Alice (2006), “Preconceito racial, percepção de ameaça e oposição à imigração”, in Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Contextos e atitudes sociais na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 221–250.

van Dijk, Teun (1993), *Elite discourse and racism*. Newbury Park, CA: Sage. Disponível em <http://discourses.org/download/books>